

O IMPACTO DO PLEBISCITO

PUBLICAÇÃO
DA TENDÊNCIA
DEMOCRACIA
SOCIALISTA
DO PT

CRISALDO MORAIS, OLÍMPIO DA MONTA, 1981



O impacto do plebiscito da Alca na disputa presidencial é imediato e a iniciativa será duramente atacada pela candidatura Serra, por FHC e Malan.

Coordenação Nacional da DS

A grande manifestação popular de repúdio à Alca, por meio do plebiscito organizado em todo o país pela CNBB, CUT, MST, movimentos sociais, ONGs e milhares de militantes, expressa sentidos profundos da luta política e social no Brasil e tem impacto direto na conjuntura de disputa político-eleitoral.

O primeiro aspecto é o seu caráter democrático. Ao submeter esta questão a uma consulta a amplas parcelas sociais, rompe-se o círculo fechado no qual as negociações vêm ocorren-

do. Altera-se o modo anti-democrático de negociar os interesses nacionais, antes restritos às cúpulas controladas pelo governo dos EUA e por governos subordinados política e economicamente, como o de FHC. Reafirma-se o direito da população a decidir sobre o futuro do país.

Em segundo lugar, o plebiscito sobre a Alca coloca em cena a defesa de um caminho soberano para o Brasil, uma posição que rejeita a política de subserviência adotada por FHC, mesmo que, de vez em quando, apareça com uma retórica crítica. O sentido mais importante deste conteúdo de soberania é o de que ela se sustenta na mobilização e na organização popular e em processos radicalmente democráticos. Não está subordinada, portanto, seja às limitações das reações empresariais, que se situam dentro do jogo de negociar vantagens setoriais, seja às de um governo enfraquecido pela crise econômica e pela perda de legitimidade, cujo objetivo máximo é o de reduzir um pouco as pesadas e humilhantes cláusulas e condições impostas pelo governo Bush.

Um dos desdobramentos desta posição é a busca de um processo latino-americano de relações entre po-

vos e governos que viabilize um outro lugar para a região no mundo e que coloque em questão as instituições (como o FMI) e os mecanismos (como a Alca) de dominação da ordem internacional.

A força da manifestação anti-Alca

Por essas razões, o impacto do plebiscito sobre a Alca na disputa presidencial é imediato e, certamente, a iniciativa será duramente atacada pela candidatura Serra, por FHC e Malan. Este último, aliás, é um especialista em atacar qualquer iniciativa de caráter popular e nacional e em defender a ordem internacional que queremos derrotar. Esta postura já havia se manifestado por ocasião do plebiscito sobre a dívida externa. A força da manifestação anti-Alca e a existência de reações críticas ao acordo, mesmo no interior do empresariado (ainda que com alcance limitado), devem dificultar a reação tuca-no-entreguista.

O plebiscito reforça, portanto, a disputa de projetos estratégicos de rumos para o país, revelando interesses

e forças sociais opostos, mais do que conflitos eleitorais entre candidaturas.

Ao mesmo tempo, exige do PT um claro compromisso com suas próprias resoluções e com o amplo movimento do plebiscito, e evidencia o equívoco em não ter assumido plenamente sua realização—é fundamental ressaltar o engajamento de grande parte da militância petista e a importância decisiva de sua participação para a realização do plebiscito.

É de ressaltar, por fim, o impacto da mobilização brasileira anti-Alca na América Latina e mesmo junto à opinião pública e organizações populares nos EUA, Canadá e Caribe, reforçando os laços de solidariedade e de mobilização popular continental. Ela vem se somar a outras iniciativas, como a do Fórum Social Mundial, especialmente a recente edição Argentina, e contribui para o avanço da unidade continental das forças sociais dos trabalhadores e dos movimentos populares e democráticos; para a colocação em pauta de um debate fundamental para a esquerda, que é a busca de alternativas que possam, para além da resistência, fincar as bases para derrotar radicalmente a ordem neoliberal. ■

NESTA EDIÇÃO:

Eleições em agosto

Por Joaquim Soriano
Página 3

Vulnerabilidade da economia brasileira

Entrevista com o economista Paul Singer
Páginas 4 e 5

A construção de um novo modelo

Plínio de Arruda Sampaio fala sobre a campanha nacional contra a Alca
Páginas 6 e 7

Nasce a CPS no Paraguai

Por Félix Sánchez
Página 8



FOIA DE SÃO PAULO, 04 DE ABRIL DE 2002

- ...em suma: não nutro nenhum sentimento de rejeição em relação ao Brasil, nação essa que, aliás, não faço a menor idéia de onde fica!

ISRAEL IRRIGA DESERTO E PALESTINOS FICAM SEM ÁGUA

Além da falta de comida, a população palestina vem sofrendo gravemente com o racionamento de água potável, imposto pelo Estado de Israel.

De acordo com reportagem de Talal Jabari/Al-Ahram Weekly*, nas montanhas do norte da Cisjordânia, próximo da cidade de Nablús, onde situa-se a aldeia Beit Dajan, a população de 3.500 habitantes padece pela falta de abastecimento. Como não há uma rede de tratamento na região, as famílias contam somente com três caminhões-cisterna que trazem a água de reservatórios de Nablús, em média uma vez por mês. A cada família é distribuído 10 metros cúbicos de água, volume suficiente para apenas uma semana.

Ao que tudo indica o Estado de Israel está "empenhado" em concretizar a vontade do primeiro ministro David Ben Gurion, que sonhava em "florescer" o deserto de Negev. Porém, o plano de irrigação da área desértica, ao sul de Israel, aprofunda a já caótica situação de sobrevivência dos palestinos. A escassez de água potável, cada vez maior, atinge várias aldeias de palestinos na Cisjordânia e Gaza.

Para dificultar ainda mais, as rotas bloqueadas pelo exército de Israel, restringem a circulação de caminhões-cisterna, nos pontos invadidos, entre as 9 da manhã e 2 horas da tarde. A crise no abastecimento na região de Beit Dajan, uma aldeia sobretudo agrícola, tem desencadeado também a perda de safras, a morte do gado e o desemprego de centenas de agricultores.

A prioridade agora são os seres humanos. Um terço dos moradores da aldeia está condenado a sobreviver com

a ajuda alimentícia e não tem como dispor dos 35 dólares para pagar a entrega de água.

Há dois anos foi aberto um poço a três quilômetros da aldeia, próximo a uma estrada de acesso a um assentamento israelense, porém sem que haja a permissão de autoridades israelenses, o reservatório continua inacessível aos palestinos.

Jad Isaac, diretor do Instituto de Investigação Aplicada, *ARIJ* (sigla em inglês), adverte na reportagem que os recursos de água potável estão mais escassos a cada ano, devido ao crescimento da população e à mudança do clima. E embora a crise de água seja mais aguda nas aldeias, é também severa nos grandes centros. "É um problema interminável. Faz algum tempo o problema era somente no verão. Agora é durante todo o ano", assinala Bassem Natsheh, diretor de relações públicas no Hospital Ahli de Hebrón. Embora Hebrón tenha sua rede de abastecimento de água, seu hospital continua tendo que comprar água dos caminhões-cisterna para suprir suas necessidades. Com isso, além de elevar os gastos do hospital, muitas vezes a água que chega está contaminada. Culpando Israel, Isaac afirma que um quarto da população palestina não tem acesso à água potável. "A população de Gaza está bebendo água envenenada porque Israel nega-lhes o direito à água, utilizando-a para a irrigação". Fontes palestinas estimam que o consumo de água de Israel é entre 4 e 10 vezes maior que o dos palestinos.

* publicada no site *Rebelión* (tradução para o espanhol de Germán Leyens).

BLOQUEIO É RESPONSÁVEL POR SUBNUTRIÇÃO

Com apoio do Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), o Escritório Palestino de Estatísticas divulgou um estudo, que metade das crianças palestinas sofre de desnutrição em razão do bloqueio militar israelense. O estudo, divulgado no início do mês de agosto pela Agência de Notícias Reuters em Gaza, dá conta ainda que aproximadamente 65% das 5.228 famílias entrevistadas disseram ter dificuldades para obter comida.

Existe uma única agência de ajuda a crianças desnutridas, instalada em territórios palestinos, a *Ard el Insan*

Palestine, que vem recebendo dezenas de mães com filhos vítimas da falta de alimentação. Segundo Itedal al Khatib, diretor da organização, milhares de mães que precisam de ajuda estão fora do alcance devido aos pontos de controle israelense que impedem a locomoção na região. Mesmo assim, o número de casos atendidos triplicou com a Intifada.

Israel diz lamentar os problemas causados pela ocupação e cinicamente afirma desejar aliviar o cerco, mas que os atentados obrigam suas forças a permanecer para combater o terrorismo.

PRECONCEITO LINGÜÍSTICO

No dia 28 de agosto, Dora Kramer escreveu no jornal *O Estado de São Paulo*, pág A-6:

"Como é que é?"

Nos programas do horário eleitoral gratuito do PT e do PSDB há duas agressões auditivas. Uma peca por excesso, outra por escassez.

O tucano apresenta seu plano de emprego como "projeto segunda-feira", numa concepção otimista sobre o primeiro dia útil da semana tão sofisticada que soa incompreensível.

Já a apresentação da equipe de saúde de Lula causa boa impressão até o momento em que o candidato aparece dizendo que com aquelas pessoas tudo vai "funcionar". Sinceramente, arranha até a excelência da turma."

Vejam o que enviei a ela (dkramer@estadao.com.br). Podem copiar, modificar etc e enviar a ela também....

Senhora Dora,

Acompanho sua coluna com interesse.

Seu texto do dia 28 diz que Lula, ao pronunciar "funcionar", teria começado a causar má impressão sobre a apresentação de sua equipe de saúde. A seu ver, isso até teria o poder de "arranhar a excelência" daquelas pessoas.

No Brasil, muitas pessoas falam palavras e expressões que o dicionário não

registra e que são normalmente usadas na comunicação oral, sem problemas. Estão nesse caso "pulítica" (como costuma dizer José Serra), "puder" e "guverno" (como dizem Sarney, Maciel, Ciro), "números" (como diz Maluf, ao se referir a números). O dicionário também não registra "fncionar", mas o uso é muito comum em várias regiões do país. No termo equivalente em francês, o dicionário registra a forma com o: *fonctionner*. A rigor, se não há motivo de má impressão em *puder*, *pulitica*, *guverno* e *números*, para *fncionar* também não deveria haver, a não ser por preconceito lingüístico, de quem não se incomoda com expressões não-dicionarizadas, desde que usadas por pessoas da elite e, não, por falantes de origem popular. O professor dr. Marcos Bagno, da UnB, dá uma boa visão da questão em seu livro *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*.

Na sua opinião, a pronúncia de uma palavra pode não só causar má impressão, mas também teria o poder de contaminar com desqualificação pessoas próximas ao falante, modificando suas características para pior, "arranhando sua excelência". Sinceramente, essa opinião é apenas manifestação de preconceito, pois não há evidência de que tal fenômeno de contaminação aconteça no plano da realidade.

Agradeço sua atenção,
Maria Otilia Bocchini

A S S I N E

CORREIO DA CIDADANIA

Assinatura anual (50 números) - R\$ 50,00
Assinatura semestral (25 números) - R\$ 25,00

Telefax: (011) 3021-5409 E-mail: correio@cidadanet.org.br

A S S I N E

LE MONDE diplomatique

Assinatura anual (12 números) - R\$ 48,00
Agora em português e na Internet (edição eletrônica)

Telefone: (11) 282-4929 - Site: www.diplo.com.br

A S S I N E

REVISTA SEM TERRA

Assinatura anual (4 números) - R\$ 25,00

Fone/Fax: (011) 3361-3866 - E-mail: semterra@mst.org.br

EM TEMPO

MINHA OPÇÃO DE ASSINATURA É:

☐ APOIO: 50,00

☐ NORMAL: 30,00

NOME:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE:

UF:

CEP:

FONE:

E-MAIL:

Envie juntamente com o cheque nominal a **EDIÇÕES ET LTDA**, Rua Albulquerque Lins, 633 - Sta Cecília - São Paulo/SP - CEP 01230-001 ou faça contato pelo telefone (011) 3667-3476. **Sucursal RS:** Rua General Auto, 354 - Centro - Porto Alegre/RS - CEP 90010-380 - Fone: (51) 226-5450. A assinatura é de 10 edições. Os assinantes de apoio recebem junto com o jornal os "Cadernos EM TEMPO".

Jornal **Em Tempo** é uma publicação de Edições ET Ltda.
Rua Albulquerque Lins, 633 - Sta Cecília - São Paulo/SP - CEP 01230-001
Fone (11) 3667-3476 - Fax (11) 3666-5550 - E-mail: emtempo@uol.com.br
Jornalista Responsável: Célia Regina de Souza (MTb 18663 DRT/SP).
Equipe de Edição: José Corrêa Leite, Caio Galvão de França, Joaquim Soriano, João Machado, Caco Bisol, Márcia Helena Ramos e Júlia Fu.
Fechamento desta edição: 04 de setembro de 2002.
Impressão: Extra Copy Gráfica e Editora Ltda. - Fone: (11) 6331-9032
Fotolitos: Input - Fone: (11) 3666-4311

ELEIÇÕES EM AGOSTO

No dia 20 de agosto começou a propaganda eleitoral na TV e no Rádio. Um dia antes, Fernando Henrique recebeu, um a um, quatro dos candidatos à sua sucessão. Deu consequência, para seu proveito, à idéia de transição, uma vez que os candidatos apoiaram, com mais ou menos restrições, o apelo ao FMI e à nova dívida de US\$ 30 bilhões de dólares. Os candidatos também já tinham alardeado e reafirmado que cumpram contratos, são favoráveis ao sistema de metas de inflação e a manter um superávit primário de pelo menos 3,75%.

O dia que inaugurou a nova fase da campanha eleitoral estava mergulhado num grande consenso nacional. Fernando Henrique, Malan e Arminio sorriam e esbanjavam ironias. Disseram que agora sim, haveria discussão programática séria, para a sucessão. Afinal, os fundamentos estariam resguardados.

Fernando Henrique ganhou com a reunião. Insistiu mais uma vez que existe uma crise internacional, mas seus efeitos no Brasil são passageiros se ele e sua equipe estão no comando. Passou a idéia de que é um grande articulador político, generoso com os adversários e que ele mesmo organiza a sua sucessão. No dia 20, estava na TV ao lado de Serra dizendo que este era o melhor candidato.

Serra e Ciro na disputa

O candidato Serra tem o maior tempo de TV e iniciou de forma competente. Em torno da questão do emprego, organiza uma plataforma de governo. Tudo parece verossímil até que um segundo de lucidez lembre ao público que ele está no governo há oito anos, dois mandatos inteirinhos... Quando a dívida explodiu, as privatizações foram um desastre, a desregulamentação das relações de trabalho e o desemprego imperaram!

Serra tenta com a TV e o Rádio atacar a imagem de Ciro Gomes. Ciro ainda tem a menor taxa de rejeição. É a primeira vez que disputa pra valer. Grande parte do eleitorado presta atenção nele para formar uma opinião. Foi neste momento decisivo que Serra o atacou chamando de mentiroso, desequilibrado e aliado com antigos inimigos.

No começo, Ciro parecia de oposição e apresentava propostas junto com Mangabeira Unger. Depois, alia-se com setores que até ontem estavam com Fernando Henrique. A maior parte do PFL, o PTB inteiro, o PSDB do Ceará e, é claro, o Paulinho da Força Sindical. Tem também o Brizola e o Roberto Freire. Quando apareceu isolado no 2º lugar nas pesquisas esforçou-se para relacionar-se com os grandes da economia. Trouxe o economista Scheinkman, brasileiro que trabalha nos EUA, neoliberal, da Escola de Chicago e com boas relações com os banqueiros. Atraiu a simpatia de gente dos grupos Gerdau, Vicunha, Telemar, Ambev, Riachuelo e o Daniel Dantas do Oportunidade. A campanha de Ciro tem uma silhueta *bonapartista*. Ele dirige-se diretamente ao eleitorado, desautoriza assessores e aliados, desvaloriza os partidos e insiste que é a partir dele e do seu futuro governo que o seu programa se realizará. Esta silhueta projetada como governo faz uma imagem horrorosa: um governo autoritário, associado a diversos interesses particulares. Muitos dos que mandam desde a época da ditadura militar e outros tantos que se aproveitaram dos processos de privatizações.

Garotinho concentra sua campanha no Rio de Janeiro, com o objetivo de eleger Rosinha governadora. Busca um discurso

mais oposicionista contrastando com os anos em que governou, de íntima relação com o governo federal.

Lula: propostas e apoios

A campanha de Lula não apresenta novidades. Desde que apresentou a *Carta ao Povo Brasileiro*, em evento do programa de governo (22 de junho); e da reunião do Diretório Nacional (28 e 29 de junho), quando foi aprovada a aliança com o PL, e a Executiva Nacional foi autorizada a proceder às intervenções nos diretórios estaduais que não aceitaram esta decisão, uma orientação geral comanda a disputa: alianças amplas e todos os apoios possíveis. O último é o do ex-presidente José Sarney, que sofreu dura oposição do PT. Esta orientação, frente ao objetivo principal de levar Lula à vitória, passa por chegar ao segundo turno. Lula aproveita o tempo na TV e no Rádio para apresentar propostas. O eixo programático é a idéia de um "novo contrato social" em torno da produção e do desenvolvimento.

Um problema imediato é que Serra, Ciro e Garotinho também falam em desenvolvimento e geração de empregos. Também falam em segurança, saúde, educação, habitação. Todas estas candidaturas, com seus "marqueteiros", análises quantitativas e qualitativas produzem uma grande convergência ao centro. Na TV, os problemas do Brasil são os mesmos e as soluções parecidas. Mesmo Lula com o "novo contrato social" não explicita, quando fala de emprego, a crítica à desregulamentação e à precarização das relações de trabalho, e nem lembra que nos últimos anos os sindicatos ligados à CUT lutaram para garantir conquistas. Quando fala da saúde, fala do mau atendimento e não fala dos cortes orçamentários do governo federal e não critica a privatização dos serviços.

Na TV, Lula fala para um público amplo e definido por dados estatísticos que pode votar nele, mas esquece um grande público – todos e todas que em vários movimentos, nos partidos de esquerda, no cotidiano de suas práticas, ajudaram a construir uma consciência democrática no país –, um real movimento por mudanças. Também na TV e no Rádio a campanha precisa levantar símbolos desta tradição. Afinal, como dizem os melhores "marqueteiros", a propaganda ajuda as pessoas a terem argumentos para defender o candidato. No caso do PT e de Lula, muitas destas pessoas estão há mais de 20 anos em muitas batalhas e campanhas. Em todo esse tempo dizem que é preciso uma outra política e outro governo. Este conjunto diferenciado de petistas e não filiados – seguramente a maior parte – se constitui numa enorme rede, espalhada por todo o país e em variados setores de atuação que, se mobilizada, pode fazer a diferença, a grande força social e política que decide eleições a favor do PT e de Lula.

Cenários que se desenham

É certo que Lula disputará o segundo turno. Resta saber com quem, se com Serra ou com Ciro. A disputa pela segunda vaga provavelmente provocará desgastes nas duas candidaturas. Lula fica numa situação vantajosa enquanto os outros trocam ataques e acusações. Mas será tão simples e tranqüilo? Provavelmente não.

Serra e Ciro precisam ser caracterizados como candidatos do "sistema". O fundamental das forças políticas que os sustentam estava com Fernando Henrique em 1998. Todos falam em mudança e até Serra salienta suas diferenças com o atual governo. Nenhum candidato representa o conservadorismo, ninguém é de direita!

Lula fala para um público amplo e definido por dados estatísticos, mas esquece um conjunto de petistas e não filiados que se constitui numa enorme rede, espalhada por todo o país, que luta por um real movimento por mudanças e pode decidir as eleições.

Joaquim Soriano

Para facilitar esta falsa imagem, o PPB e o PFL não estão em nenhuma coligação para a eleição eleitoral.

Já no primeiro turno, na disputa pela segunda vaga, tanto Serra como Ciro vão tentar se credenciar como o mais apto para derrotar Lula no segundo turno. Não é razoável crer que estas candidaturas queiram preservar um adversário tão forte como Lula, chegando ao segundo turno com muita potência – sem ser atacado –, ao passo que o adversário chegaria já com as marcas de uma exposição negativa no primeiro turno.

No caso de Serra chegar à disputa final é preciso salientar a trajetória ascendente. Aquele que não "decolava", se conseguir voar é porque tem combustível novo, seguramente se desfazendo de parte do fardo pesado e negativo dos oito anos do governo tucano. Caso Ciro seja o adversário, é de se notar a capacidade de uma candidatura tão controversa anunciar mudança, menos pelo programa e pelos aliados e mais por uma certa retórica de intransigência oposicionista.

Ainda que a situação do Brasil de hoje seja muito distinta da do México, nas últimas eleições presidenciais, vale lembrar (e não subestimar) que lá, como aqui, duas candidaturas se colocaram na oposição. Cárdenas do PRD disputava pela terceira vez contra os neoliberais do PRI, pela esquerda. Fox disputava pela primeira vez, sustentado pelo PAN, partido de direita, e tinha como assessor Castañeda. Castañeda e Mangabeira Unger organizaram nos anos 90 várias reuniões na América Latina para uma alternativa ao neoliberalismo não diretamente oposicionista, mas criada ao lado. O PT participou de algumas destas reuniões, criticou esta orientação e depois se afastou.

Lula e o PT têm fortes raízes na sociedade. Fortes vínculos com uma vasta consciência democrática. Relações orgânicas com movimentos sociais variados, na cidade e no campo. Entre a juventude e os aposentados. Os comícios no nordeste e, mais recentemente, os do norte fizeram, para quem presenciou, lembrar e sentir na pele o clima de 1989.

Falta passar para mais gente, e de todo o Brasil, esta emoção: vencer para mudar é um sonho e fruto da luta de milhões. ■

Joaquim Soriano é secretário Nacional de Formação do Partido dos Trabalhadores.



ENTRADA IRRESTRITA DE CAPITALS É FATOR

A idéia de que o crescimento depende do capital externo, mostrou-se falsa. China e Índia são dois exemplos de países que cresceram a partir, basicamente, de uma economia voltada para dentro. É isto que o Brasil precisa fazer e esta idéia está ganhando apelo.

Entrevista



SEBASTIÃO SALGADO

O professor Paul Singer, da Faculdade de Economia e Administração da USP, um dos economistas mais importantes do PT e do país, explica nesta entrevista ao *Em Tempo* por que a filosofia econômica que prevaleceu no governo FHC tornou a economia brasileira mais vulnerável, e aponta quais as primeiras medidas que deveriam ser tomadas por um possível governo Lula, a partir de 1º de janeiro.

Em artigo recente para a Teoria e Debate, você diz que a filosofia que prevaleceu no governo FHC é a de que uma economia moderna cresce em função do mercado global, pressupondo que ele é racional e sempre fornece empréstimos e investimentos a países que os "merecem".

Paul Singer - Acho que houve uma espécie de colonização ideológica da burguesia brasileira, que era majoritariamente desenvolvimentista, ligada ao modelo que desenvolveu, de fato, a economia brasileira até os anos 1980. Isto mudou. Uma grande parte destes empresários foi eliminada — quebrou ou teve suas empresas compradas por multinacionais. Tenho a impressão de que muitos dos empresários brasileiros que ainda existem pensam exatamente assim: sem capital externo, e sem o Brasil estar inserido na nova economia, não há progresso possível.

Isto se mostrou falso: há países que conseguem crescer basicamente voltados para dentro, desde que tenham uma população e uma economia realmente amplas. A Índia é um bom exemplo, a China é outro. Só aparentemente a China é uma economia voltada para exportação: mais de 90% do que produz é para o consumo interno. Ela desvalorizou muito a sua moeda, suas mercadorias ficaram extremamente competitivas, ela tornou-se realmente hoje o maior exportador industrial do mundo, e a dinâmica do seu crescimento é voltada para dentro. É isto que acho que o Brasil precisa fazer, e penso que esta idéia está começando a ganhar apoio em importantes setores da opinião pública, da mídia — e, quem sabe, até do empresariado, de novo.

No mesmo artigo, você defende também que o Brasil, em princípio, não precisa de capitais externos para se desenvolver. Esta afirmação se contrapõe à idéia que talvez tenha sido a mais difundida nos últimos tempos: a de que o Brasil precisa de modo dramático de capitais externos. Esta idéia, inclusive, não tem sido questionada na campanha.

PS - É, não se fala disso.

Fiz uma experiência muito impressionante para mim mesmo: fui olhar nos dados das contas nacionais o papel da poupança externa e interna no Brasil nos anos 90. E apareceu uma coisa fantástica: a partir de 93 a entrada de poupança externa aumenta no Brasil, e explode: em alguns momentos chega a ser alguma coisa acima de 5% do PIB. Na mesma proporção a poupança brasileira diminui! Há um deslocamento. Isto é conhecido. O que aconteceu é que, sobretudo no primeiro mandato, até 1999, houve uma grande valorização do real, e daí uma grande possibilidade de gastos no exterior — com turismo, com importações de automóveis, de queijos etc. Então a elite, que é quem dispõe da mais-valia, do excedente social, passou a gastar mais. Ao mesmo tempo, o capital externo substituiu esta poupança que deixou de haver dentro do Brasil.

A contribuição da poupança externa ao Brasil é muito pequena, como é normal em países muito grandes. Por outro lado, na maior parte dos países, a poupança externa tem alguma importância qualitativa: isto significa que ela pode trazer tecnologias inacessíveis de outra forma. Não sou contrário à aceitação de investimentos externos. Acho que o Brasil poderia e deveria aceitar investimentos que implicassem numa melhora da produtividade, numa possibilidade de desenvolver novos produtos, ou mesmo para aumentar suas possibilidades de participar no comércio internacional. Em todos estes sentidos, vale a pena. Mas recebermos enormes quantidades de capitais, que não apenas têm caráter especulativo — isto todos eles têm —, mas que são de muito curto prazo; nos endivida e aumenta a vulnerabilidade externa, desnecessariamente. É o que tem

Há uma série de planos que o Lula já fez, e que estão razoavelmente bem especificados, inclusive nos seus esquemas de financiamento, que dariam um impulso muito positivo à economia.

acontecido: entram capitais nas Bolsas brasileiras e outros que tais.

Acho que deve haver controle dos movimentos de capitais no país. E eles devem começar na entrada. Senão, cria-se uma situação de desconfiança justificada: você deixa entrar, mas depois não deixa sair. É preciso que o país se defenda na entrada, porque isto cria falta de poupança própria, nacional, fomenta um consumismo muito deletério, por parte das camadas mais ricas, dificulta a substituição de importações. Enfim, a entrada de capitais é o fator mais importante da vulnerabilidade externa do país.

O Brasil deveria ter um plano, definido democraticamente, com a participação dos diferentes setores. Uma espécie de orçamento cambial do país: estabelecendo a meta de exportações, de pagamento de juros, de amortização de dívidas etc, chega-se a um valor da entrada líquida de capitais externos de que o país precisa. Nós deveríamos nos limitar a esta quantia. Por exemplo: US\$ 10 bilhões. Se o país precisa desta quantia, aceita US\$ 10 bilhões, e não US\$ 11.

O controle não precisa ser necessariamente burocrático e administrativo. Controles fiscais são também eficientes: se interessa reduzir a entrada, você pode cobrar impostos. O Delfim fez uma experiência quando foi ministro da Fazenda, que se mostrou muito eficiente: deixar em quarentena os capitais externos. Ninguém reclamou. O Brasil fez isto anos a fio. Se havia uma entrada excessiva de capitais externos, eles ficavam seis meses no Banco Central, sem juros. Os mesmos controles fiscais podem ser usados para moderar a saída de

capitais. O controle administrativo absoluto é o mais extremo deles, e é o que, digamos, permite maior margem de arbitrio e de corrupção. Só deveria ser usado quando realmente necessário, em momentos de pânico, emergência. Enfim, deveríamos ter uma política de controlar a entrada e a saída de capitais externos, tendo em vista um plano nacional de desenvolvimento.

Por onde passa uma alternativa consistente de mudança ao modelo vigente? Como deve começar. Quais seriam seus elementos centrais?

PS - A questão é especular um pouco sobre o que um possível governo Lula deveria fazer, a partir do dia 1º de janeiro.

Acho que deveria sinalizar para o país inteiro que a mudança fundamental que vai acontecer é o país voltar a crescer, e os brasileiros, que querem e precisam de trabalhar, vão encontrar trabalho. Não necessariamente assalariado e talvez nem preferencialmente assalariado, mas também assalariado.

Há medidas de política econômica imediatas que deveriam ser tomadas: como abrir linhas de crédito, a juros mais baixos que os atualmente praticados (não muito mais baixos, para não dar choques) para a agricultura, para a construção civil. Há uma série de planos que o Lula já fez, e que estão razoavelmente bem especificados, inclusive nos seus esquemas de financiamento, que dariam um impulso muito positivo à economia. Estou pensando nos planos de habitação popular, de fome zero. Estes planos vão exigir, evidentemente, crédito. Esta seria uma das primeiras coisas a fazer, porque também estes planos não se implementam de um dia para o outro. É necessária toda uma preparação institucional.

O que hoje está mais na ordem do dia, eu diria que no mundo inteiro, é a palavra parceria. Estes planos não podem ser implementados burocraticamente, a partir de Brasília. Na agricultura, por exemplo, devem mobilizar as forças organizadas da sociedade civil: os assentamentos da reforma agrária, as associações de pequenos agricultores, as cooperativas de crédito que já existem. Temos também experiências já

DE VULNERABILIDADE

muito boas de cooperativas de habitação, que poderiam ser fomentadas, e a partir daí teríamos um bom sistema de desenvolvimento de moradias populares, que seria inclusive financeiramente sustentável. E assim vai.

Seria possível fortalecer o governo por meio de criação institucional. Câmaras Setoriais, que o Lula voltou a mencionar, na carta que ele levou ao Fernando Henrique Cardoso, são uma coisa que vai se tornar necessária. Vão dar voz aos trabalhadores, no mesmo nível que aos empresários, permitindo que, nas cadeias produtivas, os pontos de estrangulamento sejam enfrentados de antemão, com a presença do governo, do BNDES e de outras instituições de crédito, antes que surjam pressões inflacionárias.

Enfim, fazer o Brasil crescer tudo o que ele pode é um processo. O importante é começar bem, mesmo que demore alguns anos até chegar à velocidade que a gente almeja — sei lá, 7% ao ano. Este não é um número absurdo: tivemos um crescimento desta ordem, em média, durante trinta anos. Não chegaremos a 7% no primeiro ano; talvez, no terceiro ou no quarto. Se conseguirmos dar passos nesta direção, de forma consistente, o processo pode ganhar suficiente apoio na sociedade brasileira, e se tornar política e economicamente viável.

Uma questão decisiva, então, seria baixar as taxas de juro.

PS - Baixar os juros e ampliar o crédito é provavelmente a medida mais importante para termos uma retomada do crescimento. Mas isto não pode ser feito, nas atuais condições, sem algum acordo dos credores. Exige um grande trabalho político com o setor financeiro privado, inclusive o desnacionalizado. É preciso negociar com os bancos internacionais que estão aqui no Brasil, com os bancos privados. Mas se nada disso der certo — não sabemos se vai dar, depende de muita coisa —, sempre existe a possibilidade de usar os bancos públicos. O Banco do Brasil é um banco poderoso, existe no país inteiro; a Caixa Econômica se capilarizou: tem milhares de acordos de parceria com mercearias, etc. Está entrando na área pobre do Brasil, em que não havia nenhum serviço bancário. Existe o Banco do Nordeste, que tem um programa de microcrédito que é um dos melhores do país. Enfim, há instrumentos para o governo começar, eventualmente, uma redução unilateral das taxas de juros dos bancos públicos, forçando, pela competição — o que é legítimo —, que os bancos privados acompanhem ou percam a clientela. Isto nos dá uma certa confiança de que é possível, gradativamente, baixar a taxa de juro e retomar o crescimento.

Qual é a sua opinião sobre o acordo que está sendo encaminhado com o FMI?

PS - Em primeiro lugar, é preciso conhecer as condições do acordo, que não foram divulgadas. O FMI só divulgou o tamanho do superávit primário, de 3,75%. Diz na nota que, por enquanto, aceita que não aumente, mas que pretende rediscuti-lo com o próximo governo trimestralmente, assim como outras condições que são ainda desconhecidas. Sem conhecê-las, é muito difícil avaliar se dá para manter este acordo ou não. O acordo será rediscutido certamente, qualquer que seja o novo governo.

Eu seria favorável, se o Lula for eleito, a

O Brasil deveria ter uma espécie de orçamento cambial do país: um valor da entrada líquida de capitais externos de que o país precisa.

não aceitar qualquer condição que nos impeça de fazer o que eu disse há pouco. Se o FMI nos impuser condições fiscais ou monetárias que mantenham o Brasil a meio fogo, crescendo por exemplo míseros 1% ou 2% ao ano, o que significaria agravamento do desemprego e da situação social, acho melhor não aceitar, e romper o acordo.

Assim seriam necessárias medidas mais drásticas, pelo menos transitoriamente, para preservar a normalidade econômica. Seria uma situação grave, teríamos muito poucas reservas cambiais. Seria necessário um sistema de racionamento do uso das divisas que entram, e fazer um enorme esforço para o Brasil não ser colocado à margem do sistema comercial e financeiro internacional.

Romper o acordo seria a ruptura de uma negociação, que poderia até ser retomada imediatamente. Não estou dizendo que o Brasil deveria sair do Fundo, não há razão para isto. Mas a administração norte-americana, que é a que dá as cartas (é essa que foi responsável por este acordo surpreendente), ou seja, o Bush, pode colocar o Brasil no “eixo do mal”. Não é um absurdo pensar isto. Aí teríamos de usar todos os recursos políticos para nos defender disto, encontrar aliados. Acho que é uma batalha que, neste momento, é mais provável ganharmos do que perdermos. A opinião pública norte-americana hoje apóia cada vez menos o ataque ao Iraque; os governos europeus estão claramente se dissociando de qualquer guerra contra o Iraque. Você vai dizer: isto não tem nada que ver com o FMI! Mas tem a ver sim. Acho que o Bush está se enfraquecendo, o apoio que ele tem na opinião pública norte-americana está caindo. . .

Temos uma margem para, sem nenhuma loucura, simplesmente dizermos: não, nestas condições não aceitamos. O Juscelino fez isto uma vez, e fez bem, naquela época. O país não foi à garra¹ em 1958, pelo contrário.

Uma outra política implica então enfrentar o desafio internacional, levar em conta os fatores externos.

PS - Muito. Mas nós não dependemos destes fatores. Eu inverteo. O Brasil tem um peso suficiente no mundo hoje, em função de outras circunstâncias, também mundiais, de poder levar o equilíbrio mais para uma posição *keynesiana*, que hoje é vital.

Só para dar um outro exemplo: nossa eleição vai coincidir, praticamente, com a alemã, que será em 22 de setembro. E seu ponto decisivo é o desemprego. Schröder disse: se o desemprego estiver acima de 3,5 milhões, não me reelejam. Ora, está acima, e ele corre o risco de perder a eleição. A Alemanha precisa de uma política *keynesiana* mais audaz, a Europa também. Estive agora um mês na Alemanha e vi a situação mais de perto. A cidade de Kassel, uma cidade pequena, próspera, na Alemanha, tem

mendigos na rua, no centro da cidade, que te abordam. São jovens, famílias, etc. Eu nunca tinha visto isto, e freqüento o país há décadas. Dizem-me que isto está ocorrendo na Europa inteira. Está havendo um nítido aumento da exclusão social, do desemprego de longo prazo, da pobreza.

Um governo brasileiro poderia ganhar um apoio considerável se mostrasse que o que está fazendo é meramente o necessário para que o país possa crescer. Já que este não é um problema brasileiro, só.

Muitos países da América Latina estão numa situação dramática. Pode haver uma pressão conjunta pela mudança.

PS - Acho que temos todas as condições de termos êxito. Se o Brasil voltar a crescer, a partir do seu mercado interno, salvaremos o Mercosul, pois representamos de 2/3 a 70% deste mercado. Crescendo, o Brasil dará uma grande possibilidade de crescimento ao Paraguai, ao Uruguai e à Argentina. Não apenas pelo nosso próprio crescimento, mas porque eles serão encorajados a adotar políticas de juros mais baixos, e de estímulo ao mercado interno, e assim por diante. Não estou dizendo que tenham de nos imitar, mas há uma chance de que grande parte da América Latina procure soluções às suas dificuldades análogas às que nós estamos buscando, se mostrarmos que isto funciona. Isto cria possibilidades reais de transformar o Mercosul em um Mercado Comum Sul-americano. Basicamente, seria atrair os países andinos. Dois deles, Bolívia e Chile, já estão associados.

O atual governo está dando passos positivos. Gostei do que o Fernando Henrique falou na última viagem que fez. Ele está inclusive roubando um pouco as nossas críticas à movimentação especulativa de capitais, etc.

Mas não há uma contradição entre o que o Fernando Henrique diz e o que faz? Por exemplo, ele tem criticado de forma pública o que está sendo encaminhado pelos EUA quanto à Alca, mas por outro lado o Brasil continua participando normalmente do processo.

PS - Há de fato uma enorme contradição entre o que o Fernando Henrique fala — algumas vezes, pelo menos — e a política que o governo dele faz. Isto chega, eu diria, perto da esquizofrenia. Mas nesse caso, eu acho que ele presta um serviço: alerta a opinião pública mundial e a brasileira de que, pelo menos nestas condições, não dá para fazer a Alca. Isso é importante. Está ajudando a criar uma opinião pública que diz: olha, uma rendição incondicional aos EUA não está nos nossos planos. Não conseguiremos evitar a Alca se não houver um apoio, forte, maciço, na opinião pública brasileira, a uma atitude de enfrentamento. Ainda temos de ganhar isso. Penso que não sairemos da ne-

Crescendo, o Brasil dará uma grande possibilidade de crescimento ao Paraguai, ao Uruguai e à Argentina.

gociação da Alca num primeiro momento; isto seria, a meu ver, um erro.

Com relação à Alca, podemos dizer que já existe um consenso da diplomacia brasileira e mesmo das lideranças mais importantes do empresariado brasileiro.

Se houver alguma concessão por parte dos Estados Unidos, muitos do que hoje criticam poderão defender a Alca. Porém, mesmo com algumas aberturas para as exportações brasileiras, ela seria muito negativa.

PS - É, eu sou pessoalmente protecionista, sempre fui. Inclusive estou muito infeliz pela aparente mudança do PT, que agora cobra liberalismo dos Estados Unidos, e assim por diante. Acho que temos de apoiar as medidas protecionistas deles: estão procurando defender os empregos de seus siderúrgicos, de seus agricultores. Não têm nenhuma obrigação de abrir o seu mercado à custa de agravar as crises sociais deles, como nós também não.

Independentemente disso, o que você falou é correto: se os Estados Unidos abrirem o seu mercado muda tudo. Mas eu não acredito que façam isto. Foi muito difícil fazer o Nafta, que é muito mais limitada, só com o Canadá e com o México. O Bush só recebeu o “fast track”, a possibilidade de negociar a Alca, com a condição de não fazer nenhuma nova abertura. Não acho provável que os EUA façam concessões, por razões deles.

Poderíamos dizer que foi criado um certo consenso nacional contra a Alca, da maneira que ela está sendo encaminhada, mas não pelas melhores razões.

PS - Você tem toda razão. Mas é uma batalha, digamos, pela alma do povo brasileiro, que toca na questão mais essencial. Estou pensando no México, que é um país que conheço, e de que gosto muito. Ele virou, a meu ver, uma dependência dos EUA, tanto quanto Porto Rico. Eles não têm a possibilidade de eleger o presidente dos Estados Unidos, mas estão totalmente dependentes, foram absorvidos pela economia norte-americana. Parece que quadruplicaram as exportações; agora exportam duas vezes mais que o Brasil, sendo uma economia menor. Mas, 80% disto vai para os EUA. Uma grande parte é petróleo. Então, se os Estados Unidos entram numa ligeira recessão, a economia mexicana tende a afundar, pois está voltada para um só país. E este é o nosso destino, no caso da Alca. Ela fará isto com o Brasil e com os outros países também, pois a força do mercado norte-americano é tão superior ao nosso mercado interno. . . Eu não gostaria de ver o Brasil na situação do México. Acho que o Brasil tem condições de se auto-afirmar, se aliar, e de se fundir com países do seu próprio meio cultural e econômico, isto é, com a América Latina. Depois, não tenho nada contra que ele se globalize com o resto do mundo, mas em condições mais homogêneas, mais simétricas, não tão inferiorizadas como as de agora. Cabe a nós todos convencermos os que não sabem disto. O plebiscito sobre a Alca é importante neste sentido, porque é educativo. O fato de a Igreja estar com esta posição é uma coisa importante. ■

1 - Ir à garra: perder o rumo, ficar à deriva

Paul Singer é economista e professor da Faculdade de Economia e Administração da USP.

A campanha contra a Alca, que inclui a realização do plebiscito popular de 1 a 7 de setembro, dá seguimento à consulta realizada em 2000 sobre a dívida externa e discute o dilema: "o Brasil quer um desenvolvimento independente, a partir de suas forças internas ou o Brasil quer conectar-se com a globalização?"

Entrevista

N a entrevista ao *Em Tempo*, Plínio de Arruda Sampaio, um dos organizadores do Plebiscito sobre a Alca, propõe uma alternativa de desenvolvimento para o país.

Como está a campanha contra a Alca no Brasil?

Plínio de Arruda Sampaio - Essa campanha está mais forte do que a campanha contra o pagamento da dívida externa que foi objeto de um plebiscito em 2000. Foi muito melhor preparada e está despertando um entusiasmo maior, sobretudo nos monitores. Em vários estados, os cursos de formação desses monitores contaram com mil jovens. Mil jovens se propondo a trabalhar explicando o que é esse acordo para a população. Isso tudo gera uma expectativa muito grande.

A campanha contra a Alca começou

A Alca não serve para o Brasil pela simples razão de que ela expõe o nosso mercado a uma oferta norte-americana impossível de ser batida, de ser igualada à nossa. É o choque entre a panela de ferro e a panela de barro.

logo que o governo dos EUA levantou a questão. Foi uma reação imediata do mesmo grupo que havia feito a campanha contra o pagamento da dívida. Dívida externa e Alca são faces de um mesmo problema. O que é a dívida externa? É a vinculação do Brasil à dinâmica do sistema capitalista financeiro internacional. O que é Alca? É a anexação da economia brasileira a esse sistema. Logo, o Plebiscito sobre a Alca não tem muita diferença do plebiscito anterior. Diz respeito à seguinte questão: o Brasil quer ter um desenvolvimento independente, a partir da sua poupança, a partir de suas forças internas, a partir de suas forças produtivas; ou o Brasil quer conectar-se com um grande movimento internacional chamado globalização?

Este é um movimento de renovação do capitalismo que vai atingir apenas um bilhão de pessoas num universo de cinco bilhões. O mercado globalizado é um mercado dos que têm dinheiro, portanto, basicamente das populações do hemisfério norte; mas, há em cada país do hemisfério sul uma espécie de enclave, que aqui no Brasil corresponderia a 20, 30 milhões de pessoas. O que comparado com a Suíça já é um grande mercado comprador. Então, como a globalização é feita para essa gente — e a Alca é a inserção do Brasil nesse mercado —, sem dúvida ela irá provocar aqui dentro algum crescimento econômico, mas reforçará a divisão entre os que têm e os que não têm.

A Alca é uma espécie de divisor de águas. E, é importante assinalar, que esta campanha não se encerrará na Semana da Pátria. Na semana ocorre o plebiscito, o primeiro passo de uma campanha que tem como objetivo mostrar ao brasileiro os dois caminhos que ele tem diante de si. Um é o caminho de se anexar aos poderosos; e isso não solucionará os problemas da pobreza, não solucionará os problemas da corrupção, os problemas da desordem interna do País, desse crescimento sincopado, que cresce e pára. O outro é um caminho muito difícil, porém as nações que são hoje desenvolvidas já trilharam, é o

caminho do rompimento com a ordem econômica internacional. O país precisa romper com o FMI, sem o que ele não desenvolverá as suas enormes potencialidades — e a maior delas está na sua população. Uma população de 170 milhões de habitantes é um mercado enorme e esse povo é um povo muito dúctil, muito adaptável às circunstâncias diferentes, capaz de ações coletivas.

A respeito da idéia de desconexão com o sistema financeiro internacional. São anos de dependência, especialmente dos EUA e uma planta industrial construída nesse circuito. Como é romper, de uma hora para outra, com esse sistema? O que é construir essa nova nação?

PAS - É um passo decisivo, uma demonstração de coragem, uma afirmação de identidade muito forte. Haverá retaliação e ela irá prejudicar uma parte da população, mas não em coisas essenciais à dignidade da vida humana. Por outro lado, será altamente compensada pelo que a outra parte, que hoje vive em condições abaixo da dignidade — e que é realmente inaceitável, do ponto de vista humano —, poderá usufruir, ou seja, vai poder comer, beber, vestir, morar mais decentemente.

A verdade é a seguinte: o Brasil se industrializou quando saiu do circuito internacional, não por vontade, mas porque o circuito o pôs pra fora, com a crise do capitalismo e a crise do café. Na impossibilidade de importar, a inventividade do brasileiro começou a surgir e a criar condições. De modo que o Brasil está precisando de um choque de enfrentamento com as forças externas que comandam, que tomam as grandes decisões nacionais; precisa retomar, em parte, e em parte tomar mesmo o que nunca esteve na nossa mão: o poder das decisões. Evidentemente o Brasil nunca será uma sociedade de consumo como as sociedades de consumo do Primeiro Mundo, e nem é necessário para que todos possam viver com dignidade. Não temos capital para esse tipo de consumo; além disso, esse

consumo é criminoso. Quando 6% da população mundial consome de 25% a 30% de todos os recursos, se todos consumirem dessa forma o que acontecerá com os recursos?

Então, o mundo está numa encruzilhada de uma nova forma de organização da economia. O Fórum Social Mundial é uma expressão disto. Todos que tenham um mínimo de consciência percebem que esta sociedade consumista não pode continuar. Ora, a Alca é precisamente um reforço dessa sociedade consumista. Ela é uma defesa dos Estados Unidos para formar o seu bloco, para enfrentar o bloco europeu e o bloco asiático. É para defender essa sociedade do tipo *bicicleta*, que se parar arrebenta. Imagine o Brasil entrar nisso! Não vai conseguir entrar com 170 milhões de pessoas nunca. Vai entrar com 20 milhões, 30 milhões. E o que fazer com os outros?

Então, a campanha sobre a Alca é um instrumento pedagógico para discutir um modelo alternativo de desenvolvimento. Tanto que eu tenho muito cuidado com esse tipo de crítica de cláusula por cláusula. Essa ou aquela cláusula é inaceitável. É preciso tomar muito cuidado com a chamada "teoria do bode", porque o governo norte-americano está colocando um montão de bodes no acordo, para tirar na hora da negociação. E o que está errado, ainda que não haja nenhuma dessas cláusulas absurdas, é que a Alca não serve para o Brasil pela simples razão de que ela expõe o nosso mercado a uma oferta norte-americana impossível de ser batida, de ser igualada à nossa. É o choque entre a panela de ferro e a panela de barro. É impossível que a panela de barro resista. Imaginem o Paraguai entrando no mercado americano de automóveis! Difícil, não é? Por isso, a campanha sobre a Alca — enquanto instrumento pedagógico — busca criar a seguinte ideia: de que nós somos capazes, de que nós temos 400 anos de política dependente — 500 anos de dependência — e que o crescimento do Brasil sempre dependeu da exportação. É muito difícil, pensarmos a economia sem o capital estrangeiro e sem a venda para o



DAVIDES MENDONÇA

A Alca é uma defesa dos Estados Unidos para formar o seu bloco, para enfrentar o bloco europeu e o bloco asiático. É para defender essa sociedade do tipo bicicleta, que se parar arrebenta.

estrangeiro. Caio Prado Júnior já havia explicado que isso limitava o crescimento do Brasil. E por que razão? Porque o investidor estrangeiro que põe o seu dinheiro aqui não valoriza o capital dele em real, mas em dólar; ele mede quanto esse país pode lhe render de dólar; se render tanto ele põe, caso contrário transfere para outro lugar. Isso é um freio, é um gatilho, quando passa de determinado ponto o capital estrangeiro pára.

É por isso que a gente tem ciclos. Vem o capital estrangeiro, a gente vive um pouquinho bem, depois tem que pagar, aí pára tudo, aí retrocede — vem obsolescência, as quebras, o desemprego — aí retoma tudo de novo. Isso precisa acabar. O brasileiro precisa acreditar na sua

capacidade, na sua potencialidade e o Brasil tem dado demonstrações cabais disso. A capacidade que teve para vencer essa crise energética sem maiores traumatismos, por exemplo. É raro o povo que tem essa capacidade de coesão. A capacidade que teve de se transformar — sem ter nenhuma moita de soja — no maior produtor de soja do mundo, em dez anos, é raro.

Quando você fala do brasileiro, de modo geral, está incorporando aí a parcela da burguesia que tem negócios, empreendimentos?

PAS - Até certo ponto sim. O nosso empresário domina com muita facilidade essa produção fordista. Hoje o Brasil tem competência nos planos técnico, empresarial e laboral para tocar muito bem uma economia fordista. Essa economia produz os bens de conforto. Não falta nada disso para o Brasil (eletrodomésticos, tecido bom, material de construção), porque isso o brasileiro sabe fazer, inclusive o burguês, o dono da fábrica. O que não pode é ele mandar, ele tem que ser comandado, estar dentro de um contexto em que ele não tenha liberdade de obter uma margem de lucro absurda, não tenha liberdade de reproduzir aqui o tipo de feitoria do tempo da escravidão.

A princípio, num primeiro passo, o Brasil pode perfeitamente ter empresários, não tem dificuldade nenhuma com isso.

Tem muitos que dizem que tão importante quanto o desenvolvimento do país é a inovação tecnológica; que no mundo de hoje isso é decisivo para, inclusive, pensar na satisfação das necessidades das amplas maiorias. Somos muito dependentes das inovações do exterior, principalmente das produzidas pelas grandes empresas. Nesse modelo, qual seria a relação desse país soberano com as grandes empresas capitalistas do mundo?

PAS - Olha, o Celso Furtado mexeu nisso. Ele caracteriza o nosso subdesenvolvimento como incapacidade de gerar tecnologia, a necessidade de importar. A dívida vem daí. Aliás, ou importamos bens, cuja tecnologia produtiva nós não dominamos, ou importamos a tecnologia para

produzirmos aqui. E é isso que faz a dívida, a principal dívida do Brasil hoje é essa. É exatamente isso o que a Alca objetiva.

O fechamento, que é algo que eu proponho, é exatamente para quebrar esse círculo vicioso, para criar necessidades de inovar aqui dentro. Nós já temos a base para isso; a base científica com as nossas universidades, os nossos centros de tecnologia, não estamos escravos das tecnologias européia e norte-americana. Há tecnologia muito boa sendo desenvolvida na China, na Índia, na Rússia. Então, podemos com uma política externa independente criar as condições para absorver essa tecnologia em condições diferentes.

Um exemplo muito curioso é o Pró-álcool (programa criado em 1975). A possibilidade de um automóvel movido a álcool foi experimentada na Revolução de 1932 (Constitucionalista, em São Paulo), quando Getúlio Vargas bloqueou o Porto de Santos. Não entrava navio de petróleo, então a turma da Escola Politécnica adaptou o álcool ao funcionamento dos caminhões da força pública — levados ao *front*. O cidadão que fez isso é um engenheiro chamado Lauro Siciliano — que eu cheguei a conhecer bem velhinho —, que ninguém acreditava nele. Tinha feito e ninguém acreditava. Foi preciso não ter possibilidade e acesso ao petróleo para que fossem buscar a velha tecnologia inventada por esse brasileiro. Ai está o problema no Brasil: na cabeça, na cuca. Um sentimento de incapacidade que precisamos superar.

Evidentemente, que teremos um atraso tecnológico. Agora, um físico teórico brasileiro não tem condições de fazer as coisas hoje aqui dentro porque não tem laboratório, não tem estrutura; mas em teoria ele não está fora da discussão. Um bom agrônomo brasileiro não faz aqui os experimentos pela ausência de condições objetivas, mas com uma bolsa de estudos para qualquer universidade. Não é possível que fechem tanto o mundo a ponto de não termos condições nem disso. Mas se houver, ele vai estudar na China, na Índia ou vai estudar aqui, fazer intercâmbio, trazer pessoas para cá e nos podemos desenvolver perfeitamente a tecnologia.

A melhor central telefônica do mundo — comprada pela China — foi desenvolvida aqui em Campinas, no Centro de Pesquisas de Telefonia (CPqD), por um engenheiro, que eu conheci, chamado Albuquerque. Ele fez uma central telefônica fantás-

tica. Esse sistema de cartão magnético foi inventado no Brasil, gente! Evidentemente não tínhamos um computador do tamanho dos computadores americanos, japoneses, mas o nosso era muito razoável, tanto que serviu, por exemplo, ao Itaú. Se nós tivéssemos um mercado, fechassem o mercado brasileiro para a indústria de informática, por exemplo, só a Varig vocês imaginam o que não usa de computador? Nós poderíamos fabricá-los aqui, pois o nosso pessoal bom está todo trabalhando para essas empresas lá fora.

A nossa preocupação será ativar ao máximo a indústria fordista que está aqui. E aí nós vamos conversar com essas indústrias. Chegar lá e dizer: vocês querem automóveis desses mais modernos? Tudo bem, vamos fazer um acordo: vocês nacionalizam isso em quanto tempo? A China acabou de fazer um acordo desses com a Chevrolet para fabricar essa perua bonita grande. Fez o seguinte acordo: vocês têm tanto no mercado de tal tamanho em tanto tempo, colocam um capital x, vão tirar de lucro tantos por cento do que vão investir, e eu quero no primeiro ano 30%, no segundo ano 60%; eu quero que o pessoal chinês saiba fazer esse veículo.

Nosso problema é de afirmação de coragem. Não tem burguesia capaz de fazer isso, porque é subserviente, sempre foi, tem o pé aqui dentro e a cabeça lá fora, não acredita no povo brasileiro, porque como escravizou durante 400 anos, acha que esse povo não é capaz. Essa burguesia nacional não comandará esse processo, esse processo será comandado pelo povo, que é quem tem capacidade, quem tem inventividade.

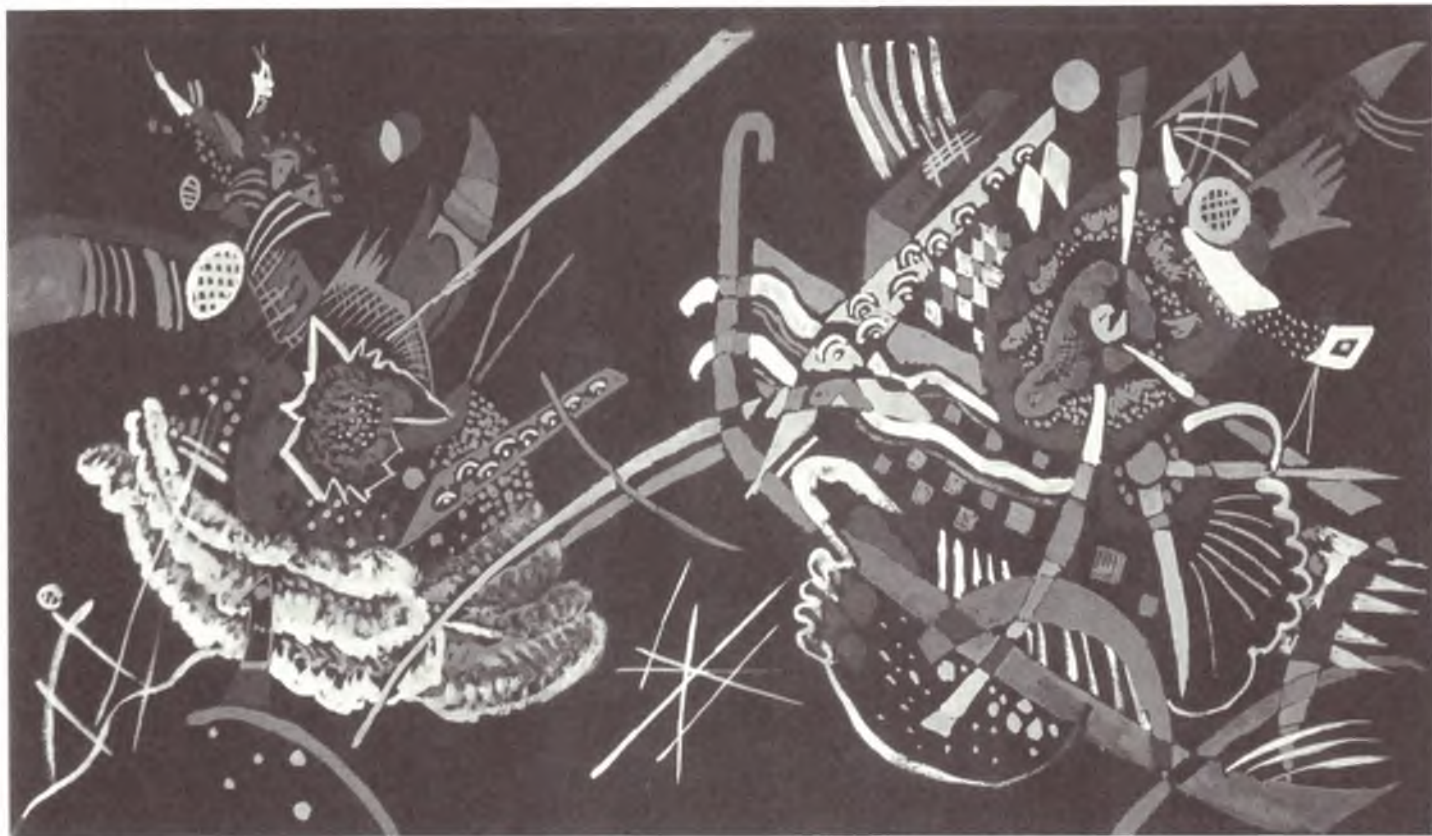
Só para se ter uma ideia, a economia de subsistência no Brasil é mais forte que a outra economia, só que essa informação não é divulgada.

Há um economista do IPEA, um tremendo craque chamado Guilherme Delgado, que está estudando a economia de subsistência. Ele diz o seguinte: "fui estudar essa economia porque a maior parte dos brasileiros vivem dela e não de outra; então vamos ver o que essa economia tem, pois ela não vai mudar tão cedo". E ele tem resgatado descobertas feitas pelo Padre Cícero no Crato, como produção. É fantástico, inclusive em abundância, simplesmente com a inventividade popular. Longe do que a burguesia pensa, a elite pensa, esse povo é muito capaz. E é essa energia que nós precisamos pegar. Isso que é uma revolução brasileira. ■

CONVERGÊNCIA POPULAR SOCIALISTA

**Fundação da CPS
paraguai coroa a
reorganização de
lutadores sociais e de
setores políticos
unificados em torno de
uma plataforma de
resistência e combate
à ofensiva neoliberal; e
reatirma a importância
da organização partidária.**

Félix Sánchez



KANDINSKY, 1922

O vigor da luta contra o neoliberalismo se faz sentir no Paraguai. Entre os dias 16 e 18 de agosto realizou-se em Assunção, capital do país vizinho, o congresso de constituição de um novo partido da esquerda revolucionária: a Convergência Popular Socialista (CPS).

Na presença de representantes da esquerda paraguaia e latino-americana e a participação de mais de 400 delegados vindos de diversas regiões do país, a CPS definiu seu compromisso programático e político: democrático, socialista, revolucionário, internacionalista, ecologista e feminista.

Antecedentes

A fundação da CPS representa o coroamento de um processo de reorganização de lutadores sociais e de setores políticos unificados em torno de uma plataforma de resistência e de combate à ofensiva neoliberal.

A situação do Paraguai combina o

aprofundamento da crise econômica - agudizada pela recessão na Argentina e Brasil -, com o desgaste do governo de Luis González Macchi, envolvido em escândalos de corrupção e que enfrenta fortes dissidências em sua própria legenda, o Partido Colorado. A esse cenário de penúria e empobrecimento generalizado - o desemprego e o subemprego atingem 34% e 25% da população camponesa, que está na miséria absoluta - impõe-se a resistência conduzida por uma grande frente, o Congresso Democrático do Povo (CDP).

Formado em maio passado, o CDP é o responsável por organizar as grandes mobilizações, ocorridas em junho, que culminaram com a suspensão da lei de privatizações e de uma pretensa lei de "combate ao terrorismo". Duas organizações decisivas para a constituição da frente social e política - CDP -, que aglutina diversas organizações sociais do campo e da cidade foram a CPS e a Mesa Coordenadora

Nacional de Organizações Camponesas (MCNOC), uma das principais organizações do setor e que também compõe o quadro de dirigentes e militantes da CPS. Um marco na unificação das organizações democráticas e da esquerda em oposição à política neoliberal do governo, a CPS nasce em meio à principal vitória do movimento popular nos últimos anos.

O manifesto fundacional da CPS expressa o vigor do seu programa antineoliberal e popular: "O movimento popular tem diante de si o desafio de construir a mais ampla unidade contra este programa neoliberal. (...) Afirmamos que a recuperação do movimento sindical não poderá ocorrer se não se trabalhar, desde as bases, uma orientação que consolide uma linha classista, combativa e revolucionária."

Sem esquecer de ressaltar, também neste documento, o compromisso internacionalista: "devemos participar e impulsionar a luta solidária de todos os povos do mundo e

como socialistas devemos nos comprometer com a reorganização do movimento revolucionário mundial".

Deliberações

Durante o congresso de formação da CPS foi aprovado, ainda, um informe sobre a situação nacional e internacional em que se destaca a luta contra a Alca, o apoio e o compromisso de fortalecimento do Fórum Social Mundial e o entendimento de que, depois de 2001, um novo ciclo de resistência à ofensiva neoliberal está amadurecendo na América Latina e no mundo. A CPS nasceu como partido expressando com muito vigor uma das principais lições do movimento e da luta dos trabalhadores: a necessidade da classe e do movimento se organizarem em um partido político, para organizar e mobilizar a luta contra o capitalismo e pelo socialismo democrático. Longa vida à CPS! ■

FSM GANHA NOVO FORMATO EM 2003

A quinta reunião do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial, realizada de 13 a 15 de agosto, em Bangcoc, na Tailândia, discutiu a evolução da conjuntura internacional e estabeleceu as bases para o processo de mundialização do Fórum. Além disso, definiu o novo formato do III Fórum Social Mundial de Porto Alegre, a ser realizado de 23 a 28 de janeiro de 2003.

Crise do capitalismo global

A reunião foi aberta com um informe sobre a situação mundial apresentado por Walden Bello, do *Focus on the Global South*, da Tailândia. Ele apresentou o atual cenário como uma crise do capitalismo global, que resultaria da interseção de quatro crises: a crise de legitimidade do capitalismo neoliberal; uma crise de superprodução; a crise da democracia liberal; e uma crise de "super-expansão" da dominação imperial norte-americana. Ao destacar as diferentes formas de resistência ao neoliberalismo, que já propiciam a formação de uma massa crítica

em alguns lugares no nível nacional, Bello mostra sua incidência no âmbito do movimento global, como se pode constatar de Seattle a Porto Alegre. E aponta que temos pela frente uma grande batalha, a de Cancun, no México, por ocasião da quinta reunião ministerial da OMC, em setembro de 2003. Bello lembra que a OMC é o elo fraco do sistema capitalista global e derrotá-la permitiria reverter o processo em curso.

Militarismo e metodologia do FSM

No debate que se seguiu, um ponto muito enfatizado foi a questão do militarismo. Esta discussão foi sistematizada por um grupo de trabalho coordenado por François Houtart, do *Centro Tricontinental da Bélgica*, e divulgada junto com um comunicado à imprensa em um texto intitulado "Sobre a militarização e a guerra versus paz e segurança".

O outro ponto central da agenda de Bangcoc foi a definição do formato do Fórum de Porto Alegre. Foi aprovada a proposta da Secretaria de reorganizar os painéis e conferências centrais de Porto Alegre - já as

oficinas, seminários e demais atividades manteriam o mesmo formato do segundo Fórum.

Os painéis e conferências, em número a ser ainda definido (provavelmente ao redor de seis por eixo), serão organizados ao redor de cinco eixos: Desenvolvimento democrático e sustentável; Princípios, valores, direitos humanos, diversidade e igualdade; Mídia, cultura e contra-hegemonia; Poder político, sociedade civil e democracia; e Ordem mundial democrática, luta contra a guerra e pela paz.

Um grupo de trabalho do Conselho Internacional (CI) deverá definir os temas dos diferentes painéis de cada eixo, além das redes e movimentos responsáveis por eles, em um processo de consultas que será concluído na próxima reunião do Conselho, a ser realizada em Florença, na Itália, de 11 a 13 de novembro.

O CI discutiu também modalidades específicas de debate com os partidos políticos, governos e entidades do sistema ONU, por meio de um espaço denominado "mesas de diálogo e controvérsia".

Além da metodologia do III FSM, o CI

debateu seu regulamento interno que define suas atribuições e normas de funcionamento, as de seus grupos de trabalhos, da sua secretaria internacional (composta pelas oito entidades brasileiras que integram o Comitê Organizador do Fórum de Porto Alegre) e dos comitês organizadores dos Fóruns Temáticos e Regionais, além das regras para a integração de outras redes e movimentos ao Conselho Internacional. Um grupo de trabalho específico deverá sistematizar as propostas apresentadas em Bangcoc até a reunião de Florença.

Fóruns regionais

O calendário de atividades até o Fórum Social Mundial de Porto Alegre prevê a realização de dois fóruns regionais: o Europeu, em Florença, entre os dias 7 e 10 de novembro próximos; e o Asiático, em Hyderabad, na Índia, de 2 a 7 de janeiro de 2003. Já foi realizado o Fórum Temático sobre a Crise do Neoliberalismo na Argentina, em Buenos Aires, entre 22 e 25 de agosto. E está programado a realização de dois outros fóruns temáticos, o Pan-amazônico, entre os dias 16 e 19 de janeiro de 2003; e um Fórum sobre a Palestina.

Para a preparação do Fórum da Palestina também foi estabelecido um grupo de trabalho específico. ■

FÓRUM MUNDIALIZA DEBATE SOBRE A CRISE

O Fórum Social temático sobre a Crise Argentina, realizado em Buenos Aires, entre os dias 22 e 25 de agosto, constituiu o primeiro passo no processo de internacionalização do Fórum Social Mundial e terá continuidade durante o ano 2002 com a realização de outros fóruns temáticos, nacionais e regionais.

A participação, em termos qualitativos e quantitativos, demonstrou o sucesso do evento que apontou um claro indício da legitimidade política que tem cobrado, em nível internacional, a luta contra a mundialização neoliberal e, em particular, o Fórum Social Mundial (FSM) como processo de articulação dos movimentos e organizações sociais.

Baseado na discussão realizada no Comitê do FSM, o Fórum temático possibilitou a análise da crise do regime político, econômico e social neoliberal na Argentina e a difusão internacional das experiências de resistência e luta popular que vêm ocorrendo no país. Possibilitou também a promoção dos processos de convergência e articulação dos diferentes movimentos e organizações sociais e populares, o estreitamento dos vínculos entre representantes do movimento internacional e argentino, bem como a articulação da luta continental contra a Alca.

A primavera de Porto Alegre em Buenos Aires

Inspirado nos princípios da horizontalidade e pluralidade, que norteiam o FSM, promoveu a participação e o debate democrático de todas as organizações e indivíduos que somaram-se nessa ação coletiva. Mais de 600 organizações sociais, movimentos, coletivos, sindicatos e ONGs não só atenderam ao convite como empenharam esforços para organizá-lo. Convencidos de que “um outro mundo e outra Argentina são possíveis” é que vários coletivos de juventude, assembleias de bairro e movimentos de trabalhadores desempregados (piqueteiros) confirmaram sua participação.

Sob as bandeiras do *Não ao neoliberalismo, Não à Alca*, mais de 10 mil pessoas percorreram as ruas de Buenos Aires, compreendidas entre a Praça de Maio e a Praça Houssay, onde ocorreu um ato de abertura do Fórum temático, com as presenças do presidente nacional da CUT/Brasil, João Felício e do parlamentar boliviano Evo Morales, entre outros delegados internacionais. A maciça participação na marcha foi repetida no decorrer dos quatro dias de realização do Fórum, pelas delegações internacionais e da América Latina, expressando um claro sinal da solidariedade às lutas argentinas e do interesse gerado pela crise do país no mundo todo.

Oficinas e experiências

Mais de 20 mil pessoas participaram da programação, que incluiu mais de 300 atividades e oficinas foram realizadas.

Nas noites de 23 e 24 de agosto, dez painéis distribuídos entre as Faculdades de Ciências Sociais, Medicina, Farmácia e Odontologia da Universidade de Buenos Aires, e a barraca central do Fórum, enfocando as causas e consequências da crise na Argentina e as resistências e alternativas.

Outro fator que contribuiu para ampliar, para uma esfera global, as discussões foi a participação de representantes de organizações africanas, asiáticas e europeias nas mesas de debate, antecipando temas que pautarão os fóruns sociais regionais da Ásia e da Europa, como o recrudescimento das campanhas militares dos Estados Unidos em muitos países asiáticos sob o pretexto de combate ao terrorismo e o fortalecimento da direita europeia.

Embora Buenos Aires fosse o centro do Fórum temático, várias atividades também se estenderam pelas províncias de San Luis, Entre Ríos, Santa Fé, San Juan, Corrientes e Chaco. Nas discussões, que ocorreram em espaços compartilhados por grupos indígenas, de sindicalistas, desempregados, feministas, professores, pequenos empresários, estudantes, as experiências

de cada um ajudaram a enriquecer os debates, intercâmbios e articulações que tiveram lugar no Fórum.

Foi apresentada também uma série de experiências alternativas, criadas em resposta à crise do modelo neoliberal. Fábricas auto-geridas pelos trabalhadores, produção pública de medicamentos, empreendimentos solidários dos agrupamentos de trabalhadores desempregados, a luta contra os transgênicos, de auto-organização social das assembleias populares, foram algumas das que nutriram os debates ao redor da construção de uma sociedade solidária.

Assembleia Nacional contra a Alca

Outro momento importante de ser registrado, ocorreu em 23 de agosto, na Faculdade de Medicina, durante a Assembleia que definiu as modalidades que serão adotadas na campanha contra a Alca na Argentina, articulada às campanhas no restante dos países da América Latina. Reunindo representantes de toda a América Latina, a assembleia além de avançar na articulação de iniciativas, ratificou a importância das Jornadas de Resistência Continental contra a Alca que se desenvolverão de 27 de outubro a 1º de novembro 2002, em Quito, Equador.

A luta contra a Alca – enquanto principal estratégia norte-americana de domínio econômico da América Latina –, a militarização dos conflitos sociais, como o plano Colômbia; a intensificação das campanhas militares norte-americanas no resto do continente; e o debate sobre o não pagamento da dívida externa dos países em desenvolvimento constituem eixos importantes de uma nova articulação latino-americana.

A Assembleia de Movimentos Sociais, que marcou o encerramento do FSM na Argentina, em 25 de agosto, reuniu mais de 60 representantes de diferentes movimentos e regiões do país e do exterior que participaram nos três dias do Fórum e ratificou a importância de consolidar os espaços de

A crise do neoliberalismo e os desafios para o movimento global foram os eixos do Fórum Social temático sobre a Crise Argentina, realizado entre 22 e 25 de agosto, inaugurando uma nova fase no processo de internacionalização do Fórum Social Mundial.

Emilio Tadei

convergência das lutas e dos movimentos sociais. A assembleia ratificou também, para estimular a luta continental contra a Alca, a adesão à mobilização do 30 de agosto sob o lema: “*Que se vayan todos*” – exigindo eleições gerais para a renovação de todos os mandatos parlamentares e executivos na Argentina.

Ao som da música do Fórum Social Mundial na Argentina, os delegados internacionais saudaram o sucesso do evento com o compromisso de nos reencontrarmos nos próximos encontros da convergência regional e internacional. Os resultados da primeira experiência de uma grande atividade do processo Fórum Social Mundial fora do Brasil superou todas as expectativas e foi um passo fundamental na concretização de sua mundialização e fortalecimento das lutas de seus participantes em todos os níveis. ■



Emilio Tadei é coordenador da Clacso e membro do Comitê Organizador do FSM temático sobre a Crise Argentina.

DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA A ALCA

Nas ruas e praças do Brasil a Marcha Mundial das Mulheres promoveu manifestações contra o projeto de implementação da Área de Livre Comércio das Américas. Os 19 anos de impunidade do assassinato de Margarida Maria Alves também foi lembrado com protesto.

Nalu Faria



SEBASTIÃO SALGADO

A Marcha Mundial das Mulheres - MMM iniciou o debate sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) por entender que garantir a soberania e lutar por outro modelo de desenvolvimento para o Brasil, América Latina e Caribe passa por impedir o estabelecimento desse acordo.

Em 2002, iniciamos nossa intervenção com uma forte presença na passeata do Fórum Social Mundial. Para dar continuidade incluímos a temática nas atividades do 8 de março, promovendo oficinas e debates em vários estados, participando ativamente da coordenação geral da campanha que organiza o plebiscito sobre a Alca.

O mundo não é mercadoria e nós também não

Em 12 de agosto realizamos o Dia Nacional das Mulheres contra a Alca que com muita informação, criatividade, expressou um feminismo radicalmente empenhado na luta pela auto-determinação das mulheres, combinado à afirmação de um projeto igualitário para mulheres e homens, que diz não a todas as

formas de opressão e exploração.

Sob o lema *O mundo não é mercadoria e nós também não*, as mulheres da MMM organizaram atividades em 20 cidades de 13 estados. Com a proposta de esclarecer a população, especialmente as mulheres, representantes do movimento popular urbano, sindical, camponês, estudantil e de combate ao racismo ocuparam as praças com feiras de informação, que reuniam desde a pintura de painéis, performances teatrais até a distribuição de material informativo sobre o projeto da Alca. As atividades serviram, também, para convocar a participação no Plebiscito de 1 a 7 de setembro.

As atividades informaram sobre a Alca e o projeto de cessão do controle de parte do território brasileiro — a Base de Alcântara — para os EUA, para demonstrar a extensão do tema que ultrapassa os limites de um acordo comercial. Os impactos específicos e diretos sobre as mulheres tiveram um destaque especial.

A divulgação da situação da América Latina e das(os) trabalhadoras(es) dos Estados Unidos e Canadá reforçaram o sentido internacional dessa luta e o papel que cabe ao Brasil, por seu peso e força dos movimentos organizados. Na agenda dos de-

bates os temas centrais foram o emprego, os direitos trabalhistas, serviços sociais, patentes, transgênicos, turismo sexual, mercantilização e soberania.

A criatividade foi o que caracterizou e atraiu a atenção das pessoas em todas as manifestações. Em Fortaleza, por exemplo, além de painéis que foram pintados na rua várias mulheres se fantasiaram de Tio Sam. Na capital paulista, barraquinhas temáticas reforçando a oposição ao projeto — como *Derrube a Alca* — atraíram a atenção de quem transitava pelo centro.

Entusiasmo e participação

Essas atividades da Marcha Mundial também homenagearam Margarida Maria Alves, assassinada em 1983, e protestaram contra a impunidade.

O sucesso da mobilização suscitou um maior entusiasmo na realização do plebiscito. A MMM organizou várias urnas e também esteve colaborando com os Comitês Estaduais. Além de definir representantes para participar da caravana a Brasília para divulgar os resultados do Plebiscito, e realizar uma grande assembleia que discutirá a continuidade da campanha. ■

MANIFESTAÇÕES DA MMM NOS ESTADOS

São Paulo — Feira de informação instalada na Praça Ramos, com barracas sobre transgênicos, Base de Alcântara, tráfico de mulheres, entre outras.

Belo Horizonte (MG) — O grupo teatral *Olho da Rua* apresentou uma adaptação do clássico *Chapeuzinho Vermelho* (a força produtiva brasileira) em luta contra o Lobo (imperialismo norte-americano e Alca).

Rio de Janeiro — No Largo da Carioca, 8 mil pessoas transitaram pelas barracas. Houve panfletagem.

Rio Grande do Sul — No Vale dos Sinos, panfletagens nas portas de fábricas; em Caxias do Sul uma manifestação na Praça Central.

Londrina (PR) — Panfletagens no Calçadão, debates e palestras com mulheres.

Mossoró (RN) — Exposição organizada na Praça Central do Mercado, com tendas de remédios caseiros, artesanato e plantas orgânicas. Passeata pelo centro reuniu 300 mulheres.

Natal (RN) — Do calçadão João Pessoa, 400 pessoas caminharam pelo centro.

Caicó (RN) — As atividades da Marcha foram as primeiras da Campanha contra a Alca: divulgação nas rádios, debates, distribuição de materiais, venda de artigos naturais produzidos por trabalhadoras rurais. Passeata reuniu estudantes, artistas, professores e lideranças.

Fortaleza (CE) — Barraca instalada na Praça do Ferreira. O protesto em tom descontraído foi seguido da homenagem à Margarida Alves.

Maceió (AL) — Ato público realizado no Calçadão do Comércio foi animado por uma banda de frevo, enquanto a população era informada.

Paraíba — O Comitê Estadual Contra a Impunidade dos Assassinos de Margarida Maria Alves organizou caminhada seguida de ato público que reuniu mais de mil representantes de movimentos sociais.

Boa Vista (RR) — Panfletagens em bancos, órgãos públicos e terminais de ônibus direcionadas às mulheres indígenas, sindicalistas, do movimento popular e juventude.

Manaus (AM) — A Articulação de Mulheres do Amazonas (AMA) e outros segmentos dos movimentos feminista e sindical promoveram atividades informativas.

Campo Grande (MS) — Panfletagens realizadas em frente ao Banco do Brasil e Citibank, além de atividades de divulgação nas universidades e escolas.

SALÁRIO MÍNIMO NA PAUTA

A Marcha Mundial das Mulheres prepara, conforme deliberação da reunião dos dias 29 e 30 de julho, em São Paulo, para o próximo dia 17 de outubro, o lançamento da campanha pelo aumento do salário mínimo. A campanha, que deverá ser encaminhada nacionalmente durante todo o ano de 2003, não inviabilizará a continuidade de temas como saúde e violência, como eixos importantes para a Marcha.

No Brasil, 86% das brasileiras que compõem a PEA (População

Economicamente Ativa) recebem até dois salários mínimos. O valor do salário mínimo é referência não só para quem o recebe e tem carteira assinada, mas também para trabalhadoras(es) sem carteira.

Atualmente o salário mínimo é de R\$ 200 e o valor calculado pelo Dieese, em março de 2002, era de R\$ 1.091,21. Para chegar a essa cifra, o Dieese considerou as necessidades — previstas na Constituição — de uma família de quatro pessoas em que só uma receba salário. A partir da busca de outras formas de cálculo, não

restritas ao valor a um salário família, mas como uma medida de distribuição de renda, a Marcha está discutindo a proposta de um salário mínimo de R\$ 500, equivalente a 60% do PIB *per capita*.

A campanha tem como objetivo avançar no combate à pobreza e em favor da distribuição de renda, se inserindo na luta por uma outra política econômica e um outro modelo de desenvolvimento, que seja ecologicamente sustentável e centrado na melhoria das condições de vida da maioria da população brasileira. ■

"O PRÍNCIPE" DE UGO GIORGETTI

No cinema brasileiro há um fenômeno bastante peculiar: o regionalismo que acompanha as produções. Os cineastas cariocas costumam afirmar que estreiar em São Paulo é como estreiar em outro país e a recíproca procede. Um cineasta que sofre, e o público perde, com o preconceito de ser "excessivamente paulista" é o diretor, produtor e roteirista Ugo Giorgetti, que recentemente lançou seu sexto longa-metragem *O Príncipe*.

Apesar de haver começado em publicidade ainda nos anos 60, foi nos anos 1980 que dirigiu seu primeiro longa-metragem, *Quebrando a Cara*, um documentário em 16 mm sobre o pugilista Éder Jofre, nunca lançado em cinema.

Conflitos e espaços fechados

Jogo Duro (1985), seu primeiro filme de ficção, já indicava o núcleo temático que nortearia suas obras seguintes: o conflito de classes, marcado por espaços fechados e pela decadência. A dor e a amargura, o novo e o velho; nunca o melodrama ou a comisseração. Seus personagens são tratados com humor e um duro respeito, não importando a situação em que se encontrem. Giorgetti repete este feito em *Festa*, premiado longa de 1988, onde o espaço fechado é dividido entre dois jogadores de bilhar e um músico que se distanciam, com frieza, de uma celebração da alta burguesia paulistana.

Sábado, de 1995, retoma criativamente estes temas num decadente prédio no centro velho de São Paulo, povoado por tipos e situações peculiares; vale aqui o destaque para a "fauna" presa em um elevador. O penúltimo filme, *Boleiros, era uma vez o futebol*, de 1998, volta a falar de esporte como núcleo da ação dramática e espelho da miséria social brasileira. Velhos boleiros e suas histórias encontram-

se na mesa de um bar/ restaurante.

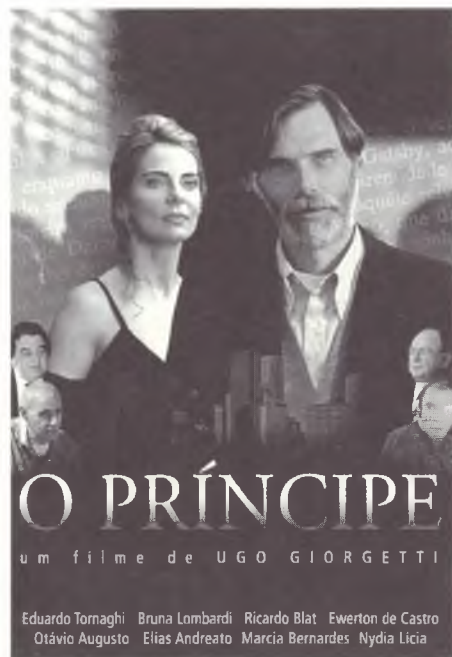
Todos estes filmes, inclusive o primeiro, não lançado em cinema, podem ser encontrados em vídeo e são, sem dúvida, uma grande pedida para quem deseja assistir trabalhos cinematográficos de qualidade com um humor sensível. Mas também há Giorgetti na telona com *O Príncipe*, que estreou em circuito (quase) nacional.

Maquiavel na era FHC

Desta vez a claustrofobia fica por conta da metrópole paulista; as grades são os sonhos perdidos, a hipocrisia, a violência e a miséria; o tempo é o do príncipe - como chamava Glauber Rocha nos anos 70 FHC - , tempo de esquecer quem se foi ou o que se escreveu, como ocorre com os personagens do filme, embora o autor procure deixar claro que refere-se à obra homônima de Maquiavel.

Gustavo (Eduardo Tornaghi), o personagem que primeiro se apresenta, também é de certa forma um exilado como Maquiavel. De volta ao Brasil após duas décadas de afastamento, devido à internação do seu sobrinho - o inconformado professor de história Mário (Ricardo Blat) -, é ele quem nos guiará a um estupefato reencontro com um País e um tempo que nunca habitaram o seu imaginário. Tal como Gustavo não interessa como ou aonde estivemos até então, nossa irmandade se estabelece pelo estranhamento e pelo desencanto. Não é Gustavo o protagonista, mas a cidade, uma São Paulo desconhecida, suja, assustadora. Não há tréguas, não há esperanças e o passado, se é que existiu, não deixou sinais.

A que grupo político Gustavo e seus amigos pertenciam? O que causou seu(s) desencanto(s)? Há quem veja nestas



omissões erros de roteiro, mas, na verdade, as indefinições abrem a possibilidade de interpretações e leituras do que ocorreu, onde o público é chamado a preencher com suas próprias experiências.

Tempo de desesperança

É a desesperança em seu limite e, embora discordemos da falta de perspectivas que o filme apresenta, não há como negar que é uma leitura honesta de um tempo. É impossível, por exemplo, não identificarmos os tipos "integrados e apocalípticos" que transitam neste País, principalmente nas áreas de comunicação e artes: o jornalista sarcástico Renato (Otávio Augusto), cujo jornal mantém um "esquerdinha para contentar aos demais"; o professor cínico que utiliza o que aprendeu para virar o agente cultural Estevez (Ewerton de Castro), cuja máxima é: "a cultura está na moda" (rentável, portanto); a poetisa/publicitária Maria Cristina (Bruna Lombardi); ou o assistencialista Aron (Elias Andreato), que age mais por desconforto do que por idealismo. Novamente Maquiavel: "Conhecem com tanta rapidez os benefícios e prejuízos do momento que

conservam escassa lembrança dos bens e males passados e pouco se inquietam com o bem ou mal futuros. (...) Mais avaros de seu dinheiro que de seu sangue, sendo liberais tão-somente em seus auditórios e em palavras..."

É a miséria global da cidade dos mendigos e da cidade da cultura do marketing cultural, onde não há espaço para o belo ou para o virtuoso e todo inconformismo terá a morte como caminho imediato. Em *O Príncipe* sequer há a redenção do amor reencontrado, Gustavo e Maria Cristina, no final, mostram que também não há mais lugar para os sonhos. Como diz o personagem de Andreato: "só a memória conserva a pureza".

Leitura imperfeita e honesta

Apesar de falar marcadamente sobre uma geração, hoje entre 40 e 50 anos, não é um filme exclusivo dela ou de uma cidade. Mesmo os mais jovens, como o estudante Ramon (Thiago Pinheiro) e a mulher de Mário, Hilda (Marcia Bernardes), vão sofrer em maior ou menor grau deste desencanto. Hilda só consegue registrar a violência com certa frieza e inércia. Ramon, apesar da sua pureza, pode ter sua crença despencada de um viaduto de São Paulo.

Mesmo o Giorgetti de *O Príncipe* já não é mais o mesmo, se mostrando menos disposto ao riso, apesar do sarcástico comentário da cena final no aeroporto. Não é um filme impecável, como muitos críticos deslumbrados pela publicidade ou pelo B-A-BA dos manuais de Hollywood estão felizes em apontar. Há descontinuidade na fotografia, por vezes a trilha sonora pesa, as interpretações oscilam entre magníficas e ruins, e a desesperança, sem saída, pode ser discordante com o nosso senso de luta e superação, mas é um filme que merece destaque, muitas análises e visitas ao cinema, pois diz a que veio: é sincero e incisivo; é, enfim, verdadeiro sem ser conformista.

Luciana Rodrigues é cineasta e professora de cinema.

G I Ê N C I A S

TUDO É RELATIVO

Por esta nem Einstein esperava. No começo de agosto, foi publicada uma carta - assinada por cientistas da Universidade de Sidney, na Austrália, entre eles Paul Davies, um físico de renome internacional - na revista científica *Nature* em que se questiona um dos pilares da Física moderna: a constância da velocidade da luz. Mas qual o problema, afinal? Como Einstein disse, não é tudo relativo? Acontece que não. Para entender um pouco o problema, devemos voltar ao que foi a proposta revolucionária apresentada por Albert Einstein em 1905. Até este ano, havia algumas anomalias na Teoria Eletromagnética que não eram explicadas dentro das definições fundamentais da Física Clássica. Enquanto as leis da Mecânica são as mesmas para uma pessoa que esteja parada e para outra que se mova em velocidade constante (numa esteira rolante, por exemplo), o mesmo não acontecia no Eletromagnetismo. Isto intrigava os físicos do final do século XIX.

A grandeza da luz

A proposta de Einstein para resolver o problema do Eletromagnetismo contém, entre outras definições, a de que a maior

velocidade que um objeto pode ter é a da luz quando se desloca no vácuo (da ordem de 1,08 bilhão de km/h). Uma das características da Física Clássica era o fato de não haver um limite para a velocidade de um objeto. Não considerando eventuais problemas tecnológicos, um objeto poderia se mover em qualquer velocidade. Assim, uma velocidade limite contrapunha-se claramente à visão clássica do universo. Logo, a velocidade da luz passa a ser uma das grandezas fundamentais do universo. E é constante para qualquer observador, pouco importa se ele se desloca ou se está parado. Na relatividade de Einstein, se a observação de um fenômeno depende do ponto de vista de um observador, de onde ele se situa no espaço-tempo, dois observadores na mesma posição irão observar o mesmo fenômeno.

Constantes Inconstantes

Nesta mesma época, outras duas grandezas fundamentais também foram propostas. Uma delas é a carga do elétron - a partícula que gira ao redor dos núcleos atômicos. A outra é a conhecida constante de Planck - que nos dá a medida dos pequenos pacotes de energia

que podem ser trocados na natureza. Ao propor a quantização da energia, também se colocando contra referências fundamentais da Física Clássica, Planck abriu caminho para outra teoria que revolucionou a Física no início do século XX: a Física Quântica.

Passado o turbulento e tormentoso início do século passado, tudo ia bem até que alguns sinais ameaçadores começaram a surgir. Ninguém até o presente momento questionou os valores destas constantes. O problema surgiu numa outra constante - a de estrutura fina, que é uma combinação das três anteriores. Esta constante está relacionada à interação da matéria com a energia no universo. Se ela tivesse um valor muito diferente do que tem, não existiriam átomos estáveis. Uma pequena mudança em seu valor significaria uma mudança nas propriedades dos átomos. Conhecida deste há muito tempo, a constante de estrutura fina parece que vem mudando ao longo dos tempos. Uma mudança muito pequeninha - coisa de uma parte em cem mil nos últimos 10 bilhões de anos -, que é verificada a partir do estudo da absorção da radiação emitida por quasares. Estes são objetos extremamente energéticos, os mais longe de nós que podem ser observados (a luz

que saiu deles há 10 bilhões de anos - está chegando hoje na Terra).

Contradições

Se de fato a constante de estrutura fina está mudando, pelo menos uma das três constantes fundamentais deve estar mudando. Os candidatos mais fortes seriam a carga do elétron ou a velocidade da luz. Contudo, os autores da carta publicada na *Nature* sugerem que uma carga eletrônica variável violaria propriedades fundamentais dos "buracos negros", e assim estaria em contradição com a estrutura que temos do universo. Sobre, então, para a velocidade da luz.

Ao final do século XIX, muitos físicos acreditavam que tinham chegado ao limite da ciência, e nada mais de importante havia para ser descoberto. Enganaram-se. Em pouco menos de uma década ruíram colunas fundamentais de sustentação de um edifício que se supunha quase acabado. Passam-se cem anos, e acreditamos que agora temos uma descrição satisfatória do universo. Parece que nova tormenta começa a anunciar-se.

Américo Tristão Bernardes é físico e professor da Universidade Federal de Ouro Preto.

A CRISE É GRAVE E NÃO HÁ SAÍDAS FÁCEIS

A política vigente não consegue mais se reproduzir e terá que ser substituída por outra. A aposta de manter as coisas mais ou menos do mesmo jeito pode ser o caminho para reeditar o trágico rumo em que se meteu o ex-presidente argentino De La Rúa.

Carlos Eduardo Carvalho

A economia brasileira enfrenta a crise mais séria desde 1989. De tanto usada e abusada, a palavra crise perdeu boa parte do seu significado e de sua utilidade analítica. Falou-se muito em “crise” do Plano Real nos últimos anos, mas a política se manteve nos seus traços essenciais, apesar das mudanças ocorridas. O caso agora é diferente.

Desta vez a crise é séria porque não podem mais ser mantidos os eixos básicos em que se assentou a política econômica da década de 1990, a política do Plano Real, ou da era FHC. Com a ressalva de que não existem afirmações inteiramente seguras diante de processos históricos complexos, é correto afirmar que o modelo dos últimos anos não consegue mais se reproduzir e terá que ser alterado, em maior ou menor profundidade, seja quem for o próximo ocupante do Planalto.

Lastrado Real

O Plano Real se assentou na intensa utilização dos recursos baratos e abundantes que inundaram os mercados financeiros mundiais, a partir do início da década passada. A política anti-inflacionária de 1993-94 apoiou-se em uma âncora cambial, ou seja, controlar a taxa de câmbio da moeda brasileira e abrir ao máximo as importações, de modo a forçar a estabilização dos preços domésticos pela concorrência dos produtos externos.

Os objetivos dos formuladores do Plano Real eram bem mais amplos que isso, porém. Entendia-se que a entrada maciça de recursos do exterior forçaria a modernização da estrutura produtiva do país e criaria, enfim, as bases para o crescimento acelerado das exportações. Para os tucanos, a privatização e a venda de empresas nacionais daria ao capital estrangeiro as condições para exercer plenamente este papel redentor, que os capitalistas nacionais não conseguiam desempenhar, acostumados que estavam ao “paternalismo” estatal, e que as empresas estatais também não o conseguiam, pelos seus vícios corporativos e falta de “mentalidade empresarial”.

A política de câmbio valorizado e abertura comercial e financeira, portanto, não era apenas uma política anti-inflacionária, não foi “erro de execução”, ou “barbearagem”. Era parte essencial de toda a estratégia de política econômica. Não era apenas uma “mania” de Gustavo Franco e Pedro Malan. José Serra e Ciro Gomes apoiaram esta estratégia, ajudaram a implementá-la e nunca a criticaram abertamente enquanto estavam no governo.

Os resultados desse tipo de política eram previsíveis e foram apontados inúmeras vezes pelos seus críticos: dificuldades crescentes para as empresas nacionais, desestímulo às exportações e forte endividamento externo. A necessidade de manter os atrativos ao capital externo levaram aos juros elevados, fator que agravou sobremaneira o endividamento do setor público. Com a crise cambial de 1998-99, a dívida líquida do setor público saltou de 34,5% do PIB, em dezembro de 1997, para 42,6% do PIB em dezembro de 1998 e para pouco mais de 50% do PIB logo após a desvalorização, em janeiro de 1999.



Este foi o custo que o Estado assumiu para salvar o capital privado dos efeitos da desvalorização, ou seja, da inviabilização da política cambial em que se assentava a estratégia do Plano Real. Nunca é demais lembrar que a intervenção do governo, além de assumir os prejuízos das empresas endividadas em dólar na fase anterior e afastar, assim, os riscos de fortes turbulências financeiras, transformou-se em fonte de lucros monumentais para os bancos e grandes empresas que especularam contra o real.

Pós desvalorização cambial

Feita a desvalorização e afastados os riscos de uma grave crise financeira interna, veio a expectativa de que se materializaria, enfim, o grande salto das exportações e os saldos comerciais que garantiriam a solvência do balanço de pagamentos. Os resultados foram decepcionantes. As exportações caíram, ao invés de crescerem. Além do quadro externo desfavorável, “descobriu-se” que as exportações se concentram em setores pouco dinâmicos e que as empresas estrangeiras não têm a força exportadora que os tucanos esperavam.

Os saldos comerciais voltaram, é verdade, e têm crescido, mas à custa de uma queda ainda maior das importações. A última esperança dos tucanos é que as importações estejam caindo por conta de efeitos positivos da modernização de determinados setores produtivos, em que se passou a produzir localmente produtos antes trazidos de fora. Ao que tudo indica, não é o que está se passando: as importações caem porque a economia está muito desaquecida e deve crescer pouco mais que 1% este ano.

Este quadro sugere a volta à política de vinte anos atrás: a economia deve crescer pouco para que as importações não aumentem, o que poderia levar a uma crise cambial aguda. Triste e custosa ironia: depois de tantos discursos contra a política de “fechamento” e de “xenofobia” do modelo econômico anterior, a política “modernizadora” do Plano Real conduziu à redução do comércio externo e à contenção do crescimento econômico para viabilizar a solvência do balanço de pagamentos.

A situação das contas externas é grave. A dívida externa de US\$ 250 bilhões, o dobro de dez anos atrás, implica amortizações anuais em torno de US\$ 30 bilhões e a carga de juros é o principal componente do déficit de transações correntes em torno de US\$ 18 bilhões. É verdade que este déficit está caindo, mas à custa da queda das importações. Ainda assim, o país precisa de quase US\$ 50 bilhões por ano, entre renovação de créditos, investimentos diretos e novos empréstimos.

A restrição externa introduziu um forte limite à redução dos juros, o que por sua vez dificulta o crescimento e ajuda a manter a queda das importações. Ao mesmo tempo, porém, os juros altos empurram a dívida pública para cima, o que reduz a margem de manobra do governo. A dívida líquida está próxima a 60% do PIB, muito acima dos níveis dos anos 1980, e as condições de financiamento continuam precárias, concentradas em operações de prazo muito curto.

Fantasma da moratória

Não por acaso a pedra de toque do acordo com o FMI e de toda a pressão sobre os candidatos à Presidência é o superávit primário de 3,75% do PIB.

Trata-se de garantir dinheiro público para pagar os juros da dívida e garantir a segurança dos credores do Estado, ou seja: bancos, grandes empresas, rentistas e credores externos.

Este quadro de dificuldades vinha se agravando aos poucos, de forma administrável pelo governo. A grande mudança veio da reversão das condições financeiras externas: o crédito ao Brasil caiu muito, em meio ao que parece ser uma tendência de retração prolongada da liquidez internacional. Nestas condições, o país não tem como rolar o endividamento externo e cobrir os déficits de transações correntes. O fantasma da moratória está cada vez mais presente, o que afasta ainda mais os credores e o capital de curto prazo.

É difícil saber com certeza qual será a evolução do quadro internacional, em especial pelas muitas indagações sobre a economia norte-americana. Mesmo com todas as dúvidas, a hipótese mais forte neste momento é de que a retração de crédito vai continuar por um tempo longo.

Se for assim, a economia brasileira terá que reduzir rapidamente o déficit de transações correntes, ou seja, aumentar o superávit comercial e baixar outras despesas. Caso a retração se acentue, será talvez inevitável centralizar o câmbio no BC, ou seja, controlar o envio de recursos ao exterior, inclusive para pagamentos de importações e de compromissos financeiros. Seria a moratória.

Continuismo da tragédia

Os desdobramentos internos são imprevisíveis. Não se sabe ao certo quais seriam os efeitos sobre as grandes empresas e os bancos. Caso haja ameaças à estabilidade financeira, o governo terá grandes dificuldades para intervir em apoio ao capital como fez nos últimos dez anos: o endividamento do setor público é muito alto e a carga tributária também. Este é um aspecto ainda pouco comentado no debate público, mas que pode entrar em cena caso a crise externa se agrave.

A política de endividamento acelerado chegou muito próxima do que parecem ser os seus limites. É neste sentido que se trata da crise mais grave dos últimos anos: a política vigente não consegue mais se reproduzir e terá que ser substituída por outra. São muito amplas as implicações para a gestão da política econômica, nos seus principais aspectos monetários, cambiais e fiscais. São também consideráveis as dúvidas sobre como deverá agir o governo para viabilizar a readaptação das empresas ao novo cenário.

Diante da amplitude dos desafios, as declarações dos candidatos se orientam pela generalidade e pelo esforço de manter uma imagem que os viabilize nas urnas. É uma estratégia para ganhar as eleições. Resta saber o que pretendem fazer. E aqui existem muito mais dúvidas que indicações confiáveis.

Se a análise aqui desenvolvida estiver correta, pelo menos em suas linhas gerais, uma aposta de manter as coisas mais ou menos do mesmo jeito pode ser o caminho para reeditar o trágico rumo em que se meteu o ex-presidente argentino Fernando de La Rúa.

Carlos Eduardo Carvalho é economista e professor da PUC-SP

SETEMBRO
2002

PUBLICAÇÃO
DA TENDÊNCIA
DEMOCRACIA
SOCIALISTA
DO PT

EMP
TE
E